



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025

**Autor: CÉZARE PASTORELLO – Partido dos Trabalhadores**

Requer cópia integral do Processo Licitatório nº 029/2025 (Pregão Eletrônico nº 015/2025), Contrato nº 104/2025-PGM, e solicita informações detalhadas sobre a execução, motivação e histórico de gastos com segurança cibernética no Município.

Vereador Cézare Pastorello, Partido dos Trabalhadores, propõe ao Augusto e Soberano Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente que seja encaminhado expediente à Excelentíssima Prefeita de Cáceres, Eliene Liberato Dias, consubstanciado no seguinte:

**CONSIDERANDO** a celebração do Contrato nº 104/2025 e da Ata de Registro de Preços nº 155/2025, no valor global superior a R\$ 2,5 milhões , para prestação de serviços de segurança cibernética com tecnologia específica de "Inteligência Artificial Preditiva";

**CONSIDERANDO** o dever constitucional do Poder Legislativo de fiscalizar a legalidade, a economicidade e a legitimidade dos atos do Poder Executivo, bem como a necessidade de verificar a real vantajosidade da solução tecnológica escolhida frente a outras opções de mercado;

Vimos REQUERER:

**1. Em relação à fase interna e externa do Processo Licitatório nº 029/2025 (Pregão Eletrônico nº 015/2025), vimos requerer a cópia integral, em meio digital, contendo obrigatoriamente:**

- a. Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Documento de Formalização da Demanda (DFD), demonstrando a motivação para a escolha da solução de Inteligência Artificial;
- b. Pesquisa de Preços completa utilizada para a formação do valor estimado, com as respectivas datas e identificação das fontes consultadas;
- c. Pareceres jurídicos da Procuradoria Geral do Município (PGM) e manifestações da Controladoria Interna, incluindo eventuais ressalvas e as respostas do gestor;
- d. Ato de autorização do ordenador de despesas para a abertura do certame e homologação do resultado.

**2. Em relação à execução do Contrato nº 104/2025, firmado com a empresa SH7 Proteção e Inteligência Cibernética Ltda:**



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

- a. Relatório técnico ou fotográfico que comprove a efetiva instalação e funcionamento das soluções de Firewall (Blockbit), SD-WAN e Link Dedicado nas unidades da Prefeitura;
  - b. Cópia da portaria de designação dos fiscais (técnico e administrativo) do contrato, conforme exigência legal;
  - c. Relatório detalhado de notas fiscais empenhadas, liquidadas e pagas até a presente data, acompanhadas dos atestados de execução dos serviços.
- 3. Em relação ao histórico de serviços de tecnologia e segurança da informação nos exercícios de 2021 a 2024:**
- a. Informação sobre a existência de contratos anteriores com objeto similar (segurança de rede, firewall, gestão de tráfego);
  - b. Em caso positivo, identificação das empresas prestadoras e os valores totais pagos anualmente;
  - c. Em caso negativo, justificativa técnica detalhada que fundamente o surgimento da demanda e a necessidade do investimento no atual patamar de custo.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2025.



Este documento contém anexo,  
que vai digitalmente assinado  
nos termos da Lei Nº 14.063/20





## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no poder-dever de fiscalização do Poder Legislativo. O contrato em questão, no valor global superior a **R\$ 2,5 milhões**, representa um impacto significativo no orçamento municipal.

Chama a atenção a especificidade do objeto ("Inteligência Artificial Preditiva") e a robustez da solução contratada para a realidade da infraestrutura digital do município. É imperativo verificar se o **Estudo Técnico Preliminar** demonstrou que esta era, de fato, a solução mais vantajosa e econômica, ou se houve um superdimensionamento da demanda que pode ter restringido a competitividade do certame, direcionando-o para fornecedores específicos de determinadas marcas (como *Blockbit* e *Netsensor*, citadas na ARP).

Além disso, a verificação do histórico de gastos (2021-2024) visa identificar se houve um salto injustificado nas despesas com TI, o que poderia ferir os princípios da economicidade e da razoabilidade.

A transparência na aplicação destes recursos é essencial para garantir que o dinheiro público, que poderia estar sendo investido em saúde, educação ou infraestrutura nos bairros periféricos, não esteja sendo escoado através de contratos de tecnologia superdimensionados.

### LEGALIDADE

Com fulcro no Art. 74, inciso XXX, da Lei Orgânica Municipal, e nos Arts. 3º, §§ 3º e 4º, e 187-A do Regimento Interno desta Casa, que tratam da competência fiscalizatória do Poder Legislativo e da obrigatoriedade de resposta aos requerimentos de informação, in verbis:

***Art. 74. Compete privativamente ao Prefeito:***

***[...]***

***XXX - prestar à Câmara Municipal, por ofício, dentro de trinta dias, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 22, X, desta lei Orgânica;***

Diante disso, e considerando-se que se caracterizam como **Crimes de Responsabilidade**, com previsão decreto-Lei 201/1967, **independentemente do pronunciamento da Câmara Municipal:**

**Art.**

**1º**

**[...]**



## ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

**XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;**

Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) impõe ao gestor público o dever de transparência e de prestação de contas, princípios estes que se materializam, entre outros instrumentos, no atendimento tempestivo e completo aos requerimentos do Poder Legislativo.

No mesmo sentido, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992, alterada pela Lei 14.230/2021) reforça que a responsabilização do agente público depende do conhecimento prévio e da ciência inequívoca da autoridade superior sobre o fato. **Assim, ao ser direcionado o presente requerimento diretamente à Excelentíssima Prefeita Municipal, toda e qualquer resposta, informação ou documento encaminhado em atendimento ao pedido, por sua ordem ou sob sua chancela, implica ciência e responsabilidade pessoal da Chefe do Poder Executivo sobre o conteúdo apresentado, inclusive para fins de eventual apuração de responsabilidade administrativa, civil ou penal.**

Ressalta-se que a omissão, o atraso injustificado ou a prestação de informações incompletas ou inverídicas afrontam não apenas o princípio da legalidade, mas também a harmonia e independência entre os Poderes, cerceando o exercício constitucional da atividade fiscalizatória do Legislativo e atentando contra a soberania democrática.

Pelo exposto, resposta a este requerimento, no prazo e modo devidos, é imprescindível para a garantia da legalidade, da transparência e da boa governança, sendo certo que o não atendimento poderá ensejar a responsabilização da autoridade superior, nos termos da legislação vigente.

À data do protocolo.

Assinado digitalmente

Vereador Cézare Pastorello  
Partido dos Trabalhadores